



**ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS**

PARECER DO CONTROLE INTERNO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2024

ASSUNTO: Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, para atendimento das necessidades desta Casa de Leis.

O responsável pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Três Ranchos/Golias, no uso de suas atribuições, passa a opinar;

DO CONTROLE INTERNO

Os artigos 31, 70 e 74 da CF, determinam as competências do controle interno na administração pública Municipal.

Cabe ressaltar que o Controle Interno articula informações com o objetivo de monitorar e sugerir a fim de resguardar a administração pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados.

O controle Interno é fundamental para se atingir resultados favoráveis em qualquer organização, além disso, através do estabelecimento de mecanismo de controle possibilita informações à sociedade.

Tendo em vista o processo de contratação em exame, implica em realização de despesa, demonstra-se a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O processo deu-se em conformidade com o Termo de Referência, seguido de manifestação da Comissão de Licitação, Parecer Jurídico, bem como outros documentos inerentes ao processo.

Conforme declaração constante dos autos, os recursos financeiros para pagamento dos encargos decorrentes deste contrato virão de recursos próprios e as despesas constantes no contato já estão adequadamente previstas nos instrumentos orçamentários da Câmara.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS

Considerando as justificativas apresentadas, e a necessidade de formalização do instrumento contratual objetivando a contratação dos serviços de fornecimento de equipamentos e suprimentos de informática.

A contratação está de acordo com o que rege a Lei Federal nº 14.133/2021.

CONCLUSÃO:

Concluo, em atendimento as necessidades desta Casa de Leis, através de procedimento de dispensa de Licitação.

Desta forma, CERTIFICA O CONTROLE INTERNO, que os autos do processo em tela atendem aos princípios que regem a Administração Pública e os Contratos Administrativos, bem como os atos praticados seguiram os ritos formais da contratação, considerando-se **REGULAR** a realização da despesa.

Este é o parecer.

Três Ranchos, aos 08 de maio de 2024.

Laís Adorno Coelho

Responsável pelo controle interno